

## A dinâmica da teoria das representações sociais: um diálogo entre saberes psicossociológicos, filosóficos e jurídicos

The dynamics of the theory of social representations: a dialogue between psychosociological, philosophical and legal knowledge

La dinámica de la teoría de las representaciones sociales: un diálogo entre conocimientos psicossociológicos, filosóficos y jurídicos

Recebido: 25/03/2022 | Revisado: 31/03/2022 | Aceito: 02/04/2022 | Publicado: 09/04/2022

**Fillipe Azevedo Rodrigues**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8397-5094>

Universidade Potiguar, Brasil

E-mail: [rodrigues.cgem@gmail.com](mailto:rodrigues.cgem@gmail.com)

**Elda Silva do Nascimento Melo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5146-4479>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [eldasnmelo@hotmail.com](mailto:eldasnmelo@hotmail.com)

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir o fenômeno das representações sociais, partindo de uma reflexão sobre propostas teóricas correlatas – *narrativas* e *habitus* – que contribuem para compreensão e aplicação da teoria das representações sociais, especialmente, sob a perspectiva estrutural e da teoria do núcleo central. A abordagem metodológica é transdisciplinar entre saberes da Psicologia, Sociologia, Filosofia e do Direito, apresentando contribuições teóricas destes ramos para demonstrar a acertada perspectiva de Serge Moscovici e Denise Jodelet a respeito da pluralidade metodológica do fenômeno e dos saberes integrados que o permeiam. O artigo se divide nas seguintes seções: em busca de conhecer o fenômeno entre a filosofia e a psicologia social; representações sociais e sua teorização transdisciplinar; e abordagem estrutural da linguagem jurídica e social.

**Palavras-chave:** Representações sociais; Transdisciplinaridade; Abordagem estrutural; Ensino.

### Abstract

This article aims to discuss the phenomenon of social representations, starting from a reflection on related theoretical proposals – *narratives* and *habitus* – that contribute to the understanding and application of the theory of social representations, especially under the structural perspective and the theory of the central core. The methodological approach is transdisciplinary between knowledge of Psychology, Sociology, Philosophy and Law, presenting theoretical contributions from all fields to demonstrate the correct perspective of Serge Moscovici and Denise Jodelet regarding the methodological plurality of the phenomenon and the integrated knowledge that permeates it. The article is divided into the following sections: seeking to know the phenomenon between philosophy and social psychology; social representations and their transdisciplinary theorization; and structural approach to legal and social language.

**Keywords:** Social representations; Transdisciplinarity; Structural approach; Teaching.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el fenómeno de las representaciones sociales, a partir de una reflexión sobre propuestas teóricas relacionadas - *narrativas* y *habitus* - que contribuyen a la comprensión y aplicación de la teoría de las representaciones sociales, especialmente desde la perspectiva estructural y la teoría de la centralidad. centro. El abordaje metodológico es transdisciplinario entre saberes de Psicología, Sociología, Filosofía y Derecho, presentando aportes teóricos de estas ramas para demostrar la correcta perspectiva de Serge Moscovici y Denise Jodelet respecto a la pluralidad metodológica del fenómeno y los saberes integrados que lo permean. El artículo se divide en las siguientes secciones: en busca de comprender el fenómeno entre la filosofía y la psicología social; representaciones sociales y su teorización transdisciplinar; y enfoque estructural del lenguaje jurídico y social.

**Palabras clave:** Representaciones Sociales; Transdisciplinariedad; Enfoque estructural; Enseñanza.

## 1. Introdução

A pesquisa cujo objeto tangencia ou é abordado a partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007) pressupõe uma revelação conceitual do próprio fenômeno da representação social, antes mesmo de avançar na técnica de

abordagem. Isso, porque as representações são, a um só tempo, um modo de expressão e o ambiente cognitivo no qual é possível a interlocução. O pesquisador, portanto, do próprio fenômeno estudado, não escapa, afinal traduzirá para linguagem científica as representações sobre os temas postos para análise.

A busca para alcançar uma definição de representação social é um grande desafio, porquanto a própria expressão cognitiva encontra-se nela imersa.

Uma alegoria muito esclarecedora foi utilizada pelo psicólogo cognitivista Jerome Bruner. Segundo ele, “the fish will be the last to discover water” (Bruner, 1991, p. 4), isto é, as ideias primárias (Moscovici, 2007, p. 223) que permitem ao indivíduo pensar sobre os diuturnos fluxos de informação a que está sujeito no meio social estão tão interiorizadas ao ponto de ser difícil percebê-las e, se diferente fosse, talvez não mais possam ser consideradas conhecimentos aceitos como tal.

Assim, este artigo se destina a discutir o fenômeno das representações sociais, correlacionando-o com as propostas teóricas das narrativas, por Jerome Bruner, e do habitus, conforme a obra de Pierre Bourdieu. Ambas contribuem para análise e compreensão da teoria das representações sociais, especialmente sob a perspectiva estrutural e da teoria do núcleo central.

Outras relações no campo filosófico e jurídico também são levadas a cabo, tangenciando a complexidade da teoria de Serge Moscovici.

O artigo se divide nas seguintes seções: em busca de conhecer o fenômeno entre a filosofia e a psicologia social; representações sociais e sua teorização transdisciplinar; e abordagem estrutural da linguagem jurídica e social.

## 2. Metodologia

A pesquisa que se desenrola ao longo das seções é qualitativa (Lüdke & André, 2017, p. 16), conforme o método hipotético-dedutivo, valendo-se de pesquisa documental (Gil, 2008, p. 147) em bibliografia pertinente, notadamente a respeito da análise de conteúdo (Bardin, 2016, pp. 58-59) para tratar das representações sociais.

A pesquisa, quanto aos objetivos, é exploratória, isto é, tenciona “proporcionar maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo explícito ou de construir hipóteses” (Matias-Pereira, 2019, p. 90).

Em suma, a investigação, do ponto de vista metodológico, é assim definida: método hipotético-dedutivo; exploratória; coleta documental, bibliográfica e qualitativa.

## 3. Em busca de Conhecer o Fenômeno entre a Filosofia e a Psicologia Social

Assim, fujo da terceira pessoa do singular, ao menos por um instante, para apresentar onde fui buscar clareza para compreensão do fenômeno sistematizado sobretudo por Moscovici (In Jodelet, 2001, p. 45), que, não obstante, exigiu-me refletir sobre como o conhecimento ordinariamente circula e como circulou até chegar a mim.

No Livro VII de *A República*, Platão apresenta um diálogo entre Sócrates e Glauco muito conhecido como *O Mito da Caverna*, em que o primeiro provoca seu interlocutor a imaginar dois homens aprisionados desde a infância diante de apenas sombras produzidas por uma estrada iluminada com uma fogueira. A proposta é estranha, mas tenciona causar a reflexão em Glauco de como os estímulos captados pelos sentidos podem ser muito mais limitados do que aquilo que é representado.

Em outras palavras, o conhecimento sobre si e sobre o meio tem como ponto de partida o repertório de informações fornecidas aos sentidos, mas, daí por diante, ocorre uma transcendência no processo comunicativo social. Afinal, é muito interessante a escolha de Sócrates por ilustrar sua provocação a Glauco com a imagem de *dois* homens e não apenas um prisioneiro. Em dada passagem, chega a formular a seguinte reflexão: “se pudessem se *comunicar* uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais a sombras que veriam? [...]. Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados” (Platão, 2004, pp. 225-226).

Há, portanto, tanto na hipótese dos *prisioneiros* quanto no cotidiano ordinário, uma propensão humana de compartilhar saberes e fazer interpretações congruentes com os compromissos morais e obrigações institucionais prevalentes em cada cultura (Bruner, 1990, p. 68).

Esse fenômeno constitui uma representação socialmente compartilhada, cujo efeito imediato é estabilizar as relações sociais a partir de premissas comportamentais que atenuam a imprevisibilidade da existência.<sup>1</sup>

Ainda em Platão, um bom exemplo do fenômeno está no debate a respeito do que aconteceria caso um dos prisioneiros viesse a ser solto e levado a conhecer o que, de fato, seria *a realidade*. E, mais, conversam sobre como reagiria o homem que permanecera preso ao ouvir de seu parceiro tudo o que vira e de como todos os anos de vida compartilhada diante de sombras trouxeram uma falsa ou limitada visão do mundo *real* (Platão, 2004, p. 228).

E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que os seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua causa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo?

O grupo, ora algoz,<sup>2</sup> é, antes de tudo, uma condição de desenvolvimento do conhecimento seja por meio da necessidade da expressão para o pensamento, seja como fonte de conhecimentos. As interações humanas não deixam de existir mesmo com a elevação de um dos prisioneiros ao exterior da caverna. Até porque o mundo exterior é apresentado ao prisioneiro liberto justamente por um membro do grupo social que nele habita. Os “grupos são indivíduos, uniformes na aceitação de um padrão comportamental e um esquema de valor coletivos historicamente determinados” (Peterson, 2018, p. 320).

Esses padrões – *percepções interpessoais* – são compartilhados por intermédio de narrativas que os internalizam no sujeito, permitindo a (re)construção de sua *personalidade* do íntimo ao socialmente explícito. O processo comunicativo – *linguagem* – e as representações sociais que seguem seu fluxo constituem uma *caixa de ferramentas culturais* (Bruner, 1991, p. 3) destinada à construção da realidade para além do que é recebido pelos sentidos.<sup>3</sup>

Os sistemas simbólicos e a linguagem culturalmente enraizada agem, para Vygotsky (1991, p. 39), como “instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho”, desempenhando uma função mediadora no desenvolvimento do sujeito – entre o individual e o social.<sup>4</sup> Assim, as interações sociais por intermédio da linguagem servem como método de organização das experiências humanas nas memórias individual e coletiva (histórias, mitos etc.), uma espécie de versão da realidade necessária para compreendê-la. É dizer: as pessoas conhecem o mundo *real* por meio do mundo simbólico humano (Bruner, 1991, p. 4), de modo que as representações sociais não são apenas uma forma de representar, mas de constituir a própria realidade, uma versão humana do real.

---

<sup>1</sup> “A representação fixa do (anteriormente) ‘desconhecido’; é geração de capacidade de prever o comportamento de objetos, outras pessoas e o *self*. A soma total da representação exata do mundo comportamentalmente relacionada como fórum de ação constitui a estrutura que reduz o significado múltiplo da plenária experimental para um domínio restrito e, portanto, controlável. [...] A incorporação da cultura significa adaptação fixada ao desconhecido; significa, simultaneamente, inibição do medo induzida pela novidade, regulação do comportamento interpessoal e provisão do modo de ser redentor” (Peterson, 2018, pp. 320-321).

<sup>2</sup> “O grupo é a estrutura histórica que a humanidade construiu entre o indivíduo e o terrível desconhecido. A representação intrapsíquica da cultura – estabelecimento de identidade de grupo – protege os indivíduos do medo avassalador de sua própria experiência; do contato com o sentido anterior das coisas e situações” (Peterson, 2018, p. 321).

<sup>3</sup> “Um símbolo representa outra coisa diferente de si mesmo: é uma ideia sobre um objeto compartilhada por homens, independente do próprio objeto. [...] a sociedade se representa a si mesma naquilo que tem de distinto, de próprio” (Moscovici In Jodelet, 2001, p. 52).

<sup>4</sup> “A natureza das interações aparece como um fator que determina modelos de pensamento e de percepção, discussões e justificativas” (Moscovici In Jodelet, 2001, p. 52).

A articulação entre o individual e social<sup>5</sup> constituem as representações sociais e o suporte estrutural dessa sinapse comunicativa, encontra-se nas “línguas faladas e escritas, tanto quanto na organização semântica de seus léxicos” (Harré In Jodelet, 2001, pp. 110-111), de modo que pensar é, antes, assumir e difundir representações por meio da linguagem.<sup>6</sup>

A interação entre os dois prisioneiros de *o Mito da Caverna* construiu a realidade em que habitavam, dando múltiplas significações às sombras e vozes capturadas pelos seus sentidos. A propósito, para eles, nunca foram sombras propriamente ditas, uma vez que não eram assim compreendidas, ganhando uma semântica bem particular daquele grupo. As representações sociais dos prisioneiros foram, ao mesmo tempo, por eles constituídas e sobre eles agentes de seleção e ordenação das experiências que constituíram o ser individual de cada um – ou a *consciência de si*.

Por isso, a ruptura devido à experiência no exterior foi tão traumática, representada pelo incômodo com a transição entre claridade e a escuridão. Perde-se o referencial sobre o qual toda estrutura comunitária foi construída e na qual as personalidades dos sujeitos estavam ancoradas.

Assim, há uma aproximação conceitual entre o fenômeno da representação social e o que Pierre Bourdieu denomina de *habitus*.<sup>7</sup> Para o autor, trata-se de um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (Bourdieu, 2003, p. 57).

Bourdieu ilustra seu conceito com um choque entre gerações, de modo que a diferença biológica entre a idade do grupo de jovens e do grupo de idosos não é o elemento determinante para o conflito. Os distintos *habitus*, em verdade, é que se encontram com diferentes *modos de engendramento*, “impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas” (Bourdieu, 2003, p. 57).

O trabalho de Bourdieu admite a existência de uma pluralidade de *habitus* em uma dada sociedade. A ideia é que o conjunto social se divide em subconjuntos, que, por sua vez, fragmentam-se em grupos ainda menores, cada um com seu *modo de engendramento* peculiar de compreensão e ação. Um mesmo indivíduo transita em muitos desse grupos, interagindo conforme as representações próprias de cada ambiente.<sup>8</sup>

A ideia de *habitus* condiz com um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”, possuindo a aptidão de “atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e um trajetória determinadas no interior do campo” (Bourdieu, 2007, p. 191).

Assim como há distintos trajes para diferentes ocasiões da vida social, uns mais despojados outros mais solenes, as representações sociais servem a cada indivíduo como um guia de saberes prévios para orientar a ação em cada esfera da vida cotidiana, evitando colisões indesejadas com o correspondente *habitus*.

Com tamanha diversidade, é de se esperar um dinamismo no fenômeno, sobretudo porque é fruto de incontáveis e permanentes interações sociais que se sucedem reproduzindo e ressignificando cada representação.

---

<sup>5</sup> “Algo individual pode tornar-se social ou vice-versa. Reconhecendo-se que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido, estático, que as caracterizava na visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam” (Moscovici In Jodelet, 2001, p. 62).

<sup>6</sup> A criatividade e a adaptabilidade a novas informações, objetos, sensações e experiências dependem da sofisticação da linguagem. A heterodoxia do pensamento é possível com uma linguagem que forneça um repertório simbólico favorável à curiosidade. Por isso, promover uma supressão da linguagem consiste em uma estratégia de controle eficaz, advertida na obra *1984*: “menos e menos palavras a cada ano que passa, e a consciência com um alcance cada vez menor” (Orwell, 2009, p. 69).

<sup>7</sup> Essa aproximação já foi realizada por Melo (2009, p. 81) em sua tese doutoral. Para a autora: “a representação social permite operar, em termos práticos, a passagem do nível coletivo, estrutural, para o individual e subjetivo. Dessa forma, pode ser a porta de entrada para a apreensão do *habitus*, porquanto este, no nível macro, funciona como mediador entre o pensamento do indivíduo e seu papel na sociedade”.

<sup>8</sup> Pilar Lacasa (1993, p. 9), em entrevista com Willem Doise, registrou que: “los individuos, dice [Doise], pertenecen a colectividades que a su vez se enmarcan en otras más amplias, de modo que cada uno puede considerarse miembro de varias unidades que van aumentando en extensión y en inclusión”.

Com efeito, Moscovici assim considera as representações (fenômeno dinâmico), sujeitas a ressignificações próprias da interseção entre o individual e o social.<sup>9</sup> Os pontos de vista dos indivíduos e dos grupos são encarados por seu caráter de expressão/comunicação (Moscovici, 2002), sobretudo por estarem inseridos em dado campo (pertencimento), mercado de trocas de capital simbólico e cultural, conforme a perspectiva de Pierre Bourdieu (2007).

O capital simbólico é, para Bourdieu (2004, p. 80), um conjunto de atributos que distinguem o indivíduo o suficiente para pertencer a um dado grupo ou, nele, destacar-se entre os demais membros.<sup>10</sup> Esses atributos são adquiridos dentro da estrutura de valor inerente ao microcosmos social no qual os membros crescem pela experiência de redes e trocas simbólicas.

Por sua vez, o capital cultural incorporado é constituído dos saberes “colectivamente acumulados e teoricamente disponíveis detida e dominada pelos diferentes agentes envolvidos no campo” (Bourdieu, 2004, p. 81), motivo pelo qual é possível dizer que é necessária uma parcela de capital simbólico para, *a priori*, ser inserido em dado campo e, *a posteriori*, acessar e reproduzir os saberes nele contidos.<sup>11</sup>

Ainda na leitura conjugada da obra de Moscovici e Bourdieu, tal como proposto por Melo (2009), é possível inferir que as representações sociais são uma espécie de ponte ou ambiente de comunicação entre o individual e o social. Essa ponte está bastante presente, por exemplo, no campo educacional (Melo, 2009, p. 142):

Produto de uma trajetória individual e social que o transformou em agente do campo educacional, nosso professor/professora carregará em suas ações, nesse espaço social, as marcas da condição e posição nele ocupadas (...) ação conjunta do *habitus* professoral e da representação social em foco.

Outra situação que bem evidencia a sucessão de representações socialmente compartilhadas pode ser identificada ao comparar como pessoas em momentos distintos representariam uma passagem de um romance hipotético: *O namoro de Maria e Pedro resistiu à distância. Sempre estiveram em contato durante os dois anos em que ela esteve viajando com “os médicos sem fronteiras”*.

Não há dúvida que, se isolado e descontextualizado, o mesmo trecho contado nas décadas de 1980 e 2010 levaria a representações bastante distintas. As palavras são as mesmas, mas as representações sociais nele imbricadas são diversas.

Em 1980, o leitor representaria o segmento linguístico “sempre estiveram em contato” em duas frentes, frequência e meio dos contatos: frequência semanal ou mensal por meio de carta ou ligações telefônicas mais restritas. A oração subordinada “ela esteve viajando com os ‘médicos sem fronteiras’” também poderia causar um impacto como algo inusitado no relacionamento e na personalidade da personagem do gênero feminino sujeito ao *habitus* de dominação masculina (Bourdieu, 2002), mais presente naquela década.

Na década de 2010, a frequência e o meio de contato no segmento “sempre estiveram em contato” já seriam representados com um ritmo diário e por meio de redes sociais e videochamadas.<sup>12</sup> A personagem Maria já representaria um lugar ocupado por muitas mulheres, sem causar a mesma reação de surpresa de outros tempos.

---

<sup>9</sup> Nessa linha, Claude Flament (2001, pp. 174-175) analisa pesquisas em que se pôde constatar um caso de estado transitório, “de uma representação em vias de transformação”.

<sup>10</sup> “O capital simbólico atrai o capital simbólico: o campo científico dá crédito aos que o já têm; são os mais conhecidos que mais beneficiam dos ganhos simbólicos aparentemente distribuídos em partes iguais entre os signatários nos casos de autorias múltiplas ou de descobertas múltiplas por pessoas de fama desigual – mesmo quando os mais conhecidos não ocupam o primeiro plano, o que lhes dá um benefício ainda maior, ou seja, de parecer desinteressados do ponto de vista das normas do campo” (Bourdieu, 2004, p. 81).

<sup>11</sup> Ao analisar o campo científico e a condição para ser nele reconhecido, Bourdieu (2004, p. 81) afirma: “a posição ocupada por um agente particular na estrutura da distribuição desse capital, tal como é entendida pelos agentes dotados da capacidade de perceber e avaliar, é um dos princípios do capital simbólico que é atribuído a esse agente, na medida em que ela contribuiu para determinar o seu valor distintivo, a sua raridade, e que está geralmente ligada à sua contribuição para os progressos da investigação, ao seu contributo e ao seu valor distintivo”.

<sup>12</sup> O próprio Moscovici (*in* JODELET, 2001, p. 61) aponta que “a revolução provocada pelos meios de comunicação de massa e a difusão dos saberes científicos e técnicos transformam os modos de pensamento e criam conteúdos novos. [...] Assim, é fácil compreender que as pessoas, recebendo suas informações e trocando-as, façam-nas sofrer modificações profundas, para representá-las com vistas a se comunicar e a agir”.

Embora sejam meras suposições, a proposta é causar reflexão sobre como cada indivíduo *lê, interpreta e assume* as informações a que é submetido. O plexo de experiências prévias e a linguagem no estado atual, legitimadas nas interações comunitárias, constituem as representações sociais que orientarão a leitura, interpretação e assumpção de novas informações, reiteradamente.

Moscovici sintetiza esse ciclo admitindo que as “representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’” (Moscovici, 2007, p. 216). O fenômeno, portanto, depende do sistema simbólico cultural – “valores, tradições e imagens do mundo e da existência” –, devendo-se a Moscovici (2007, p. 216) a metáfora da *ancoragem*, isto é, as representações sociais estão ancoradas nesses referenciais coletivos, que a compõem como elemento gerador e produzem a identidade do grupo.

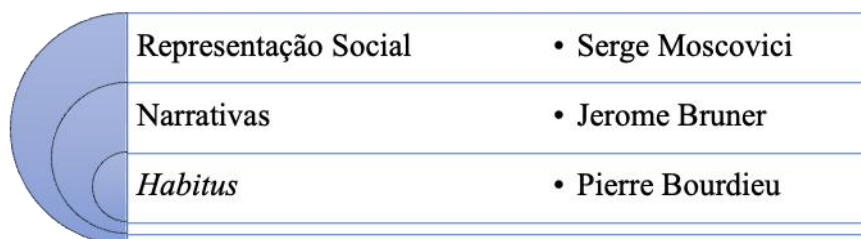
Podem, entretanto, desempenhar diferentes funções: (i) *cognitivas* – “ancorando significados, estabilizando ou desestabilizando as situações evocadas”; (ii) *sociais* – “mantendo ou criando identidades e equilíbrios coletivos” (Moscovici, 2007, p. 218). O exemplo da comunicação entre o casal cuja mulher viajou para o estrangeiro pode se situar em ambas as funções a depender da década em que foi lido, desestabilizando ou mantendo identidades a depender da intenção do autor e do *habitus* em que a informação circulou.

Seja para desestabilizar ou para promover equilíbrios coletivos, sobressai o ponto de vista de que a mente humana não pode expressar suas potencialidades sem a adesão a esses sistemas simbólicos culturais, que precisam ser compartilhados para que assim possam ser culturalmente válidos e funcionais (Bruner, 1991, p. 20).

A contrapartida do individual para o social, por outro lado, está na conclusão de Peterson (2018, p. 321): “uma sociedade ‘funciona’ até o grau em que oferece aos seus membros a capacidade de prever e controlar os eventos em seu campo experimental – até o grau em que fornece uma barreira, proteção contra o desconhecido ou inesperado”.

Ainda de forma preliminar, é possível organizar em conjuntos as ideias de representação social, narrativas e *habitus*, cuja primeira exerce relação de continência com as demais, constituindo seu alcance fenomenológico.

**Esquema 1** – Conjunto Fenomenológico da Representação Social.



Fonte: Autores.

Adotada a premissa da dinamicidade – *social-individual* –, a representação social constitui uma “preparação para ação” ou um “guia para a ação”, e não apenas na medida em que conduz o comportamento dos indivíduos, mas também na medida em que remodela e redefine os elementos do meio no qual o comportamento tem lugar (Moscovici, 2002). As representações são, portanto, sociais porque exercem uma função organizadora das atitudes humanas (*habitus*) e da comunicação intersubjetiva<sup>13</sup> (narrativas) no ambiente coletivo (Jesuino In Almeida *et al.*, 2014, p. 71).

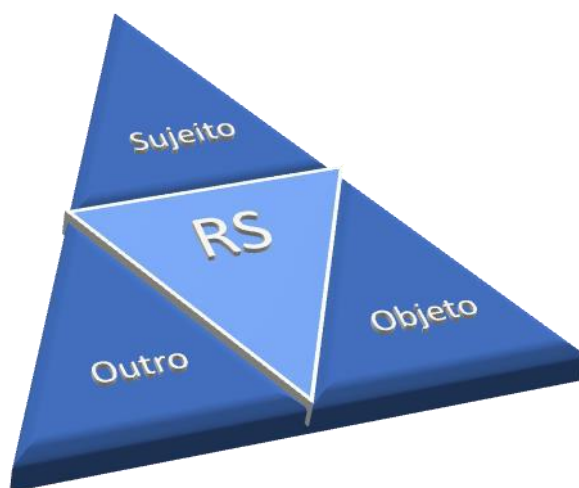
<sup>13</sup> Ao falar sobre a estrutura da sociedade, Moscovici indica o que definiu como objeto primário de sua investigação: “quando o ‘social’ é estudado em termos de presença de outros indivíduos ou de ‘numerosidade’ não são realmente as características fundamentais do sistema que estão sendo exploradas, mas sim um de seus subsistemas – o subsistema das relações interindividuais”.

#### 4. Representações Sociais e sua Teorização Transdisciplinar

Os primeiros esboços teóricos para delimitar as representações sociais como fenômeno e, a partir daí, tê-lo como objeto de investigação se deve ao trabalho de Moscovici em *reencontrar* o conceito de *representação coletiva*, presente em Durkheim (Jesuino In Almeida *et al.*, 2014, p. 55). A intenção era revisita-lo sob a perspectiva da psicologia social, que, mesmo para Moscovici (2007, pp. 150-151), demandou um cuidado especial com a abordagem a ser empreendida, pois, ao identificar três correntes – *taxonômica*, *diferencial* e *sistemática* –, aderiu à psicologia social sistemática.

O interesse da abordagem *sistemática* está na dinâmica dos *fenômenos globais*. Nas palavras de Moscovici, “a relação entre *sujeito* e *objeto* é mediada pela intervenção de *outro* sujeito; essa relação se torna uma relação triangular complexa, em que cada um dos termos é totalmente determinado pelos outros dois”.

**Esquema 2** – Relação Triangular das Representações Sociais.



Fonte: Adaptado de Moscovici (2007, p. 150).

A relação representada acima é não hierarquizada e, por esse motivo, está posta numa perspectiva horizontal. Os sujeitos (sujeito e o *outro* sujeito) se comunicam por meio das representações sobre o objeto assim como interagem com ele (estímulo sensorial/informação) também por intermédio das representações sociais pré-constituídas (referenciais/ideias primárias). Cada interação tem a característica de transpor as fronteiras entre o individual, o social e o simbólico, de modo que o resultado é uma resposta adaptável dos sujeitos e da própria representação.

A maneira como Moscovici situa a psicologia social, não como uma ciência propriamente dita,<sup>14</sup> mas como um movimento com diferentes correntes e interesses, reflete na construção da Teoria das Representações Sociais, que é psicossociológica e, essencialmente, transdisciplinar.

Os estudos devem ser direcionados para os processos culturais encarregados da organização do conhecimento ordinário que circula na sociedade, notadamente aquele denominado de *senso comum*. Adota-se a premissa de que esse tipo de conhecimento é constituído e se revela em relações *intersubjetivas* travadas no ambiente de comunicação social, notadamente

<sup>14</sup> “Devemos admitir que a psicologia social não é realmente uma ciência. Nós desejamos dar-lhe uma aparência de ciência, usando um raciocínio matemático e os refinamentos do método experimental; mas o fato é que a psicologia social não pode ser descrita como uma disciplina, como um campo unitário de interesse, um referencial sistemático de critérios e exigências, um corpo coerente de conhecimentos, ou mesmo um conjunto de perspectivas comuns compartilhado por todos os que a praticam. Estaríamos próximos à verdade ao dizer que ela consiste em um movimento de pesquisa e metodologia que periodicamente atrai um conjunto de interesses diversos que, algumas vezes, conseguem enriquecê-la de maneira nova e inesperada; mas uma fundamentação sólida para o futuro não foi ainda construída” (Moscovici, 2007, p. 128).

em grupos, classes profissionais, sindicatos, instituições etc. Neles, os homens se comunicam com o propósito estrutural previamente aquiescido pelos membros, criando uma realidade comum de padrões normativos peculiares, que, não obstante, orbitam os valores socialmente estabelecidos. A atenção à *linguagem*, ferramenta dessas interações, é a aresta experimental que pode se valer o pesquisador da Psicologia Social e da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2007, p. 154).

Para Vieira (2016, p. 73), o foco deve estar no como se expressa o sujeito, afirmando que a Teoria das Representações Sociais “procura interpretar o sujeito dentro do contexto sociocultural, estudando suas representações diante da realidade, num complexo movimento de construção e classificação do real”.

No que diz respeito ao cariz transdisciplinar, Jodelet (2016, p. 5) informa que tal perspectiva “converge com a da psicologia social, centrada em saberes profanos, de senso comum, desenvolvidos no espaço social em relação aos saberes eruditos”. Em seguida, acrescenta: “essa proximidade é reforçada pelo fato de que a transdisciplinaridade tem por objetivo a compreensão do mundo da vida que visa também ao estudo das representações sociais” (Jodelet, 2016, p. 5).

Não se trata de uma justaposição de saberes científicos (pluridisciplinaridade), tampouco de uma análise do mesmo objeto simultaneamente por duas ou mais disciplinas (interdisciplinaridade). Trata-se, pois, de uma proposta “colaborativa de ‘pesquisa transcendente’, que cria novos referenciais teóricos e metodológicos para definir e analisar os fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais, institucionais em diversos campos sociais” (Jodelet, 2016, p. 5).

Tida por si mesma, a fenomenologia das representações sociais ocorre na confluência de conhecimentos próprios das ciências sociais, psicologia, filosofia, pedagogia e da neurociência, sem negligenciar os saberes inerentes às artes e à religião (Jodelet, 2016, pp. 7-8).

Pode ser transportada a conclusão de Lefrançois (2016, p. 412) ao discorrer sobre as teorias da aprendizagem para a complexidade do fenômeno das representações sociais. O modelo teórico adotado deve partir do pressuposto de que não há apenas um tipo de conhecimento válido, assim como a forma como ele circula e se sedimenta socialmente depende das circunstâncias *sociopsicológicas* presentes nas interações entre sujeitos. Antes de tudo, tal modelo deve reconhecer a força das relações interindividuais na produção de representações, considerando o enorme espectro de informações que compõe o *senso comum* e as adaptações possíveis.

Assim, investigar o *repertório linguístico* dos sujeitos integrantes de dado grupo parece acertado. As representações sociais, tal como considera Rom Harré (In Jodelet, 2001, p. 106), “inscreve-se na linguagem”, que se distribui em diferentes níveis: (i) “como expressão de uma visão do mundo”; (ii) “como um fundamento de um sistema de saberes e crenças”; (iii) “como fenômenos que se constroem e agem socialmente” (Jodelet, 2016, p. 8). Apenas a transdisciplinaridade da teoria permitirá encarar essas instâncias de linguagem e conhecer os elementos de identidade do grupo.

Os métodos para tanto estão em simbiose com a teoria quando de sua estrutura transdisciplinar. Arruda (2002, p. 14) considera um trabalho *artesanal* a construção da metodologia para uma pesquisa em representações sociais. A investigação do objeto<sup>15</sup> antecede a coleta de dados, torna-se muito sensível na interpretação posterior e não necessariamente redundante em algo conclusivo. Em suma, “a missão não se encerra na interpretação dos dados” (Arruda, 2002, p. 14), porquanto comporta uma problematização superveniente da interpretação em si, considerando as diversas nuances do fenômeno.

Outra advertência importante feita por Arruda (2002, p. 15) diz respeito à ausência de neutralidade na pesquisa, trazendo a metodologia apenas como um caminho para garantir maior objetividade na coleta, análise e problematização dos

---

<sup>15</sup> Há uma distinção entre o *fenômeno* das representações sociais e o *objeto* de uma pesquisa sobre o fenômeno. Celso Pereira Sá (1998, pp. 21-23) assim a caracteriza: “os fenômenos de representação social estão ‘espalhados por aí’, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. Assim, esses fenômenos simplesmente não podem ser captados pela pesquisa científica de um modo direto e completo. [...]. Os objetos de pesquisa que deles se derivam são tipicamente uma elaboração do universo reificado da ciência. [...]. Assim, numa primeira aproximação, podemos dizer que a construção do objeto da pesquisa é um processo pelo qual o fenômeno de representação social é simplificado e tornado compreensível pela teoria, para a finalidade da pesquisa.”



dados. Dito isso, a abordagem qualitativa se sobressai porque, a despeito de um preliminar levantamento quantitativo, sua aferição é permeada por uma reflexão qualitativa que se mantém do início ao fim da coleta e interpretação dos dados, sem que isso seja um problema metódico.

Ao pesquisador convém adotar uma inspiração etnográfica ao aproximar-se dos sujeitos, presenciar suas comunicações e o fluxo de representações naquele ambiente. Paradoxalmente, o ideal é procurar ambientar-se para ser acolhido e naturalizar sua presença no grupo, valendo-se dos métodos da antropologia, sociologia, comunicação, psicologia, linguística, estatística etc, conforme as circunstâncias e com o fim de capturar informações *reais* do ambiente.

É indispensável saber previamente que o próprio pesquisador representa o universo reificado da academia para o sujeito e, de fato, assim o é desde a escolha do objeto da pesquisa (Sá, 1998, p. 22). Essa ambientação se torna uma estratégia interessante para reduzir falas condicionadas e atenuadas daquelas correntes no meio investigado, evitando que o sujeito observado ou entrevistado faça escolhas linguísticas para expressar apenas aquilo que julga ser adequado e do interesse do pesquisador – “isso ele quer e pode ouvir”.

A propósito, Madeira (In Moreira *et al.*, 2005, p. 463-464) orienta o uso de um conjunto plurimetodológico de ferramentas de pesquisa, aplicadas de forma associada. *A priori*, é importante caracterizar os sujeitos da pesquisa para, em seguida, associar uma técnica de *observação participante* com a realização de *entrevistas*, conduzidas a partir de um tema gerador. A amostra deve ser representativa do grupo investigado, considerando a heterogeneidade dos perfis dos sujeitos (idade, gênero, formação etc.).

A leitura posterior das entrevistas precisa ser cuidadosa e exaustiva a fim de que, caso gravada a fala do sujeito, possa ser possível capturar o tom da voz, gaguejos, emoções, hesitações, entre outras passagens da fala que preenchem o discurso. Se a entrevista for respondida por escrito, convém atentar para a grafia, escolha das palavras e, até mesmo, a força com que se marcou o instrumento.

Todos esses elementos são importantes na análise discursiva para uma pesquisa de representações sociais, permitindo ao pesquisador perceber os processos de objetificação e ancoragem: (i) “pela objetificação, as informações e noções concernentes ao objeto são filtradas, e se condensam em esquemas ou imagens”; (ii) “pela ancoragem, tem-se a interveniência dos valores, modelos, normas e símbolos que caracterizam as pertencas e as referências dos sujeitos” (Madeira In Moreira *et al.*, 2005, p. 466).

O filósofo escocês David Hume traduziu esses dois fenômenos em exemplos bastante esclarecedores. A objetificação está presente neste processo imaginativo: “quando pensamos numa montanha de ouro, apenas unimos duas ideias compatíveis, ouro e montanha, que outrora conhecêramos” (Hume, 2004, p. 35). Por sua vez, a ancoragem é demandada na seguinte abstração: “podemos conceber um cavalo virtuoso, pois o sentimento que temos de nós mesmos nos permite conceber a virtude e podemos uni-la à figura e forma de um cavalo, que é um animal bem conhecido” (Hume, 2004, p. 35). Para Hume, os objetos que são capturados pelo pensamento conectam-se a experiências prévias,<sup>16</sup> contudo o processo de síntese que compõe a representação ainda depende das particularidades do indivíduo (Hume, 2004, pp. 35-36).

Essa síntese é elaborada pelo sujeito, sobretudo, quando se expressa. Os termos utilizados, a postura empregada na *hexis* corporal<sup>17</sup> e a coesão desses elementos para manifestar sua perspectiva sobre dado tema descortinam não só a conclusão,

---

<sup>16</sup> “Nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. O poder e a claridade peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe” (Moscovici, 2007, pp. 37-38).

<sup>17</sup> A linguagem corporal é simbólica, ganhando um destaque próprio no campo do Poder Judiciário, do juiz togado. A esse respeito, Miguel Ângelo Montagner (2006, p. 520) faz uma interessante leitura a partir de Bourdieu: Na educação voltada à formação profissional também se encontra a incorporação, no corpo, de valores sociais através da origem socioeconômica e de classe. Esse espírito de corpo, muito característico das profissões tradicionais e possuidoras de um alto grau de capital social, somente poderia ser obtido nos círculos familiares e extra-escolares, sob a forma de disposições duráveis que são constitutivas de um *ethos*, de uma *hexis* corporal, de um modo de expressão e de pensamento e de todos os imponderáveis eminentemente corporais que chamamos de ‘espírito’.

mas as representações sociais nas quais se fundamenta. Ainda segundo Hume (2004, pp. 51-52), a construção do pensamento segue os princípios da *semelhança*, *contiguidade* e *causalidade*, motivo pelo qual representar algo significa um resgate de representações sociais semelhantes, contíguas ou que possam ser associadas ao novo objeto por relação de causa e efeito.<sup>18</sup> Trata-se da *associação de ideias* que é observável na linguagem utilizada, assumida como “construção psicossocial e histórica” (Madeira In Moreira *et al.*, 2005, p. 462).<sup>19</sup>

A Teoria das Representações Sociais requer métodos de análise do discurso para compreender o dinamismo da interseção do social no pensamento do sujeito e como este remodela/filtra as informações exteriores, expressando uma ideia que marca a representação social com traços de cada particularidade individual.

A pesquisa na Teoria pode partir de um pressuposto gestalista (Koffka, 1935, p. 11), cuja adaptação informa que cada representação individual se *estrutura* em um conjunto funcional de representações sociais, permitindo ao pesquisador descobrir sua posição, grau de independência (particularidades individuais) e articulação ou transição para outros conjuntos de representações (dinamismo).

O dinamismo social é próprio das particularidades do grupo e do sujeito individualmente considerado, por onde as representações são compartilhadas e remodeladas permanentemente, de modo que *o novo* é compreendido conforme seus referenciais antecedentes, que lhes darão sentido e pertencimento no grupo.

## 5. A Abordagem Estrutural da Linguagem Jurídica e Social

A coleta dos dados na pesquisa de campo serve à reflexão das representações sociais que permeiam o objeto investigado, cabendo ao pesquisador tratar os dados conforme os métodos presentes no estado da arte da Teoria.

A abordagem estrutural/experimental encontra referência na própria revelação do fenômeno por Moscovici, afinal seu modelo formaliza uma *estrutura* das representações no processo de objetificação. Segundo Denise Jodelet (2016, p. 5), três passos são claramente especificados neste processo: seleção da informação, esboço estrutural e naturalização. Dos dois primeiros, decorre o modelo estrutural, no qual os elementos da representação se distribuem entre núcleo e periferia.<sup>20</sup>

Moscovici reconhece a evolução da “análise de estruturas cognitivas” que permitiram aprofundar a Teoria, fazendo alusão à proposta estrutural a partir de um *núcleo central* ou *princípio organizador*, de acordo com os quais “cada representação social é composta de elementos cognitivos, ou esquemas estáveis, ao redor dos quais estão ordenados outros elementos cognitivos, ou esquemas periféricos” (Moscovici, 2007, p. 219).

Os elementos inseridos no núcleo central ou que constituam o princípio organizador da representação teriam a finalidade de estabilizá-la, ao passo que os periféricos estariam sujeitos aos fluxos das interações sociais, mais suscetíveis a transformações. Isso, porque uma das principais distinções da construção conceitual de representação coletiva para o fenômeno da representação social está justamente na hipótese dos elementos periféricos que garantem uma adaptabilidade maior e, por consequência, uma perenização em meio à dinâmica dos sujeitos.

---

<sup>18</sup> No prelúdio da psicologia cognitivista, a escola da *Gestalt* já considerava a existência de leis que regem a percepção dos objetos. São elas: *fechamento*, *continuidade*, *similaridade* e *proximidade*. Há, aqui, uma sofisticação dos princípios de Hume, mas a ideia geral permanece a mesma: “o material aprendido, como qualquer informação perceptual tende a adquirir a melhor estrutura possível (*prägnanz*) devido às leis da organização perceptual que acabamos de ver. Daí, o que é lembrado nem sempre é o que foi aprendido ou percebido, mas geralmente é uma *gestalt* [forma] melhor do que a original” (Lefrançois, 2016, pp. 203-205).

<sup>19</sup> Sobre o assunto, cumpre transcrever as palavras de Madeira (In Moreira *et al.*, 2005, p. 461): “para a abordagem das representações sociais, a linguagem possibilita que se entreveja o que, da história pessoal e profunda de cada um, o objeto representado mobiliza, as filtragens, descontextualizações, associações que a mobilização suscita, bem como a moldagem deste dinamismo pela história e pela cultura dos sujeitos, em suas pertencidas grupais”.

<sup>20</sup> A obra citada encontra-se em inglês, cujo texto original segue transcrito: “*In fact, this model from Moscovici formalizes the structure of representations from the objectification process. Yet, three steps are clearly specified in this process: information selection, their outlined structuring and naturalization. Only the first two steps are involved in merging Moscovici’s proposition and the structural model, regarding the divide of representations between core and peripheral elements*” (Jodelet, 2016, p. 5).

Pode parecer contraditório em princípio, porém essa abordagem estrutural dicotômica é a razão pela qual uma representação torna-se social e estabilizante das relações entre sujeitos.

Há, no estudo do Direito Constitucional, toda uma reflexão a respeito da estabilidade das constituições nacionais que se mostra interessante para a análise estrutural das representações sociais, de modo que cabe pedir licença para uma aproximação entre a Teoria das Representações Sociais e o Direito.

O processo constituinte – aquele destinado à elaboração de um novo documento constitucional<sup>21</sup> – encerra a externalização sociopolítica de um paradigma de Estado e seu consequente arcabouço de normas jurídicas, ambos materializados na constituição, seja promulgada ou outorgada.

Uma constituição promulgada tem origem em uma deliberação democrática, geralmente entre parlamentares eleitos para o exclusivo fim de elaborar tal documento jurídico, que deve servir de bússola para o caminhar do Estado e da sociedade.

Por sua vez, uma constituição outorgada decorre da vontade de um líder ou de um grupo de indivíduos que carecem de representatividade, porém ambos com poder bastante para impor as regras e princípios que disciplinam o futuro de uma sociedade.

Em ambos os casos, o texto constitucional é repleto de registros de representações sociais ou, ao menos, de evidências do fenômeno. Afinal, não deixa de ser um depósito de ideias e conhecimentos compartilhados socialmente e com relevância suficiente para vincular toda a coletividade.

Sobre as forças que dão sustentação a uma constituição, notadamente nos primeiros anos após sua entrada em vigor, há discussões teóricas muito interessantes. De um lado, defende-se que determinados grupos com poder *real* – *forças armadas, mercado e o povo* – tacitamente decidem manter a ordem constitucional enquanto seus interesses estiverem nela consignados ou durante o tempo que a tolerarem.<sup>22</sup> De outro lado, há quem sustente uma força normativa<sup>23</sup> própria do texto constitucional e de seu valor simbólico, culturalmente enraizado sobretudo no ocidente.

Sem embargo, aproveita-se para a abordagem estrutural das representações sociais os debates sobre a rigidez das normas constitucionais, conforme seus próprios ditames. Em nosso país, a Constituição somente pode ser modificada por um complexo trâmite legislativo, exigindo quatro votações no Congresso Nacional, duas na Câmara dos Deputados e duas no Senado, bem como pede-se a aprovação por três quintos dos parlamentares em cada turno de votação.

Essas peculiaridades do Direito brasileiro fazem da Constituição de 1988 um documento *rígido*, entre os seguintes modelos possíveis: *imutável, rígida, semirrígida e flexível*. O critério para essa classificação é justamente a formalidade exigida para alterar a redação das normas constitucionais, adaptando-as aos diversos momentos e interesses que reclamam mudanças.

Uma constituição imutável, como se deduz do termo, não está sujeita a modificações, o que, ao contrário do que se possa imaginar, deixa-a em constante ameaça de *ruptura* e substituição por uma nova constituição. Essa perspectiva corrobora a ideia de conformação do Direito aos *fatores reais de poder* presentes na sociedade.

Um modelo rígido, como o caso do brasileiro, permite limitadas alterações por meio de um complexo trâmite legislativo, exigindo maiorias substanciais. No entanto, aqui é possível modificações para pacificar tensões entre os grupos de

---

<sup>21</sup> Tal qual para as representações sociais, há uma fenomenologia constitucional, inclusive para observar a complexidade valorativa de sua identificação formal, conforme Canotilho (2003, p. 1129-1130): “trata-se de usar a constituição no sentido de um *documento* normativo ao qual se dá o nome de constituição. Este uso pode ser um *uso descritivo* designando apenas um documento que contém uma série de normas. Por vezes, o uso de constituição como documento transporta já dimensões *valorativas*, ou porque se trata de um documento com determinadas características *formais* (exemplo: procedimento constituinte específico para a sua criação ou alteração) ou porque estamos em face de uma lei escrita com um *conteúdo* específico”.

<sup>22</sup> Essa é a visão, com fundamento marxista, defendida por Ferdinand Lassale em seu discurso publicado sob o título *A essência da Constituição*, de 1863 (Lassale, 2000).

<sup>23</sup> Contraponto de Konrad Hesse feito em conferência sobre a essência da Constituição, de 1862 (Hesse, 1991).

poder, no curso das próprias deliberações da emenda constitucional, preservando também a *força normativa da Constituição* (Mendes & Branco, 2015, p. 62).

As constituições semirrígidas e flexíveis, por sua vez, permitem mudanças rápidas e corriqueiras, que, *a priori*, podem levar à crença de uma adaptabilidade maior à dinâmica social. Contudo, com esse formato, não se prestam ao propósito original de possuir uma constituição, qual seja: segurança jurídica e pacificação social. Nas palavras de Mendes e Branco (2015, p. 62), a respeito de constituições flexíveis, “se a Constituição pode sofrer transformações pela mesma maneira como se elaboram as demais leis, não se assegura a supremacia da Carta”.

Para uma constituição ser bem-sucedida, é necessário equilibrar *rigidez* e *adaptabilidade* a fim de estabilizar as relações sociais.<sup>24</sup> O equilíbrio também deve ser empregado na linguagem, cuja característica desejada é certo grau de generalidade ou abertura das normas constitucionais, porque autoriza um fluxo mais dinâmico entre o social e o jurídico dentro da produção e alteração das leis que a orbitam.<sup>25</sup>

Esse entendimento concebe o Direito como uma unidade de linguagem normativa, veiculando dois padrões de comandos, um nuclear e outro periférico: (i) *nuclear* – comandos abstratos e menos sujeitos à modificação, textualizados na Constituição (*e.g.*, *direitos fundamentais*); (ii) *periféricos* – comandos concretos ou com maior objetividade de conteúdo que, no entanto, admitem mudanças através de um processo legislativo mais simples e rápido, costumeiramente documentados em leis, decretos, portarias etc.

Antes, neste trabalho, muito se falou sobre as funções das representações sociais, cabendo reconhecer nelas papel e estrutura semelhantes. Servem de *script* para as interações sociais ou de *guia para ação*, constituindo-se em esquemas periféricos *flexíveis*, que orbitam em princípios organizadores *rígidos*.<sup>26</sup> Curiosamente, a Constituição brasileira e o sistema jurídico como um todo repetem a mesma lógica estrutural: possuem normas *rígidas* que servem de fundamento para um conjunto de outras normas, estas sujeitas a modificações mais corriqueiras.

Outra coincidência interessante é a ideia de *ruptura* tanto da representação, em seu núcleo central, quanto da constituição em seus elementos fundantes (igualmente *nucleares*). A escolha do vocábulo *ruptura* está presente no Direito Constitucional<sup>27</sup> e na Teoria das Representações Sociais.

Para o Direito Constitucional, as transformações sociais que encontram limites nos postulados da constituição vigente tendem a repercutir em um desarranjo dos fatores reais poder, conforme as circunstâncias sócio-históricas presentes. Essa crise pode ser suficiente para relativizar o centro lógico-normativo da Constituição e causar a ruptura constitucional.

As representações sociais, conforme sua abordagem estrutural, sofrem influxos de interações e de mutações sociais repentinas que podem vir a atingir seu núcleo central, de modo que a fratura causada promove uma dispersão dos esquemas centrais e periféricos, “cada um evoluindo segundo uma lógica própria, encontrando-se, com um sentido modificado, integrado de forma mais ou menos central numa nova representação” (Flament In Jodelet, 2001, p. 182). A contradição da realidade com

---

<sup>24</sup> Para Raul Machado Horta (2003, p. 107), “a estabilidade é o que aspiram as Constituições”, notadamente porque “a legislação ordinária é por sua natureza flexível e mutável, enquanto as normas constitucionais estão submetidas a um processo de mudança mais complexo. A Constituição é feita para durar e permanecer”.

<sup>25</sup> Diego Valadés (In Reynoso, 2019, p. 501) faz as seguintes considerações sobre o tema: “uno de los mejores instrumentos de que han dispuesto las normas constitucionales ha sido la generalidad de sus enunciados, porque facilita una acción legiferante más libre y por lo mismo creativa. Esta característica permite absorber las oscilaciones de la política y las variaciones en cuanto a los criterios legislativos adoptados por los gobiernos y los congresos, conforme al acomodo de las mayorías electorales. Se genera así adhesión a la Constitución y estabilidad institucional. Por el contrario, cuando las normas constitucionales son rígidas (en cuanto a su reforma) o reglamentarias (en cuanto a su contenido), reducen los márgenes para ajustar las tendencias y las presiones políticas en diferentes etapas de su vigencia, y acentúan las presiones para su mutación e incluso su sustitución radical”.

<sup>26</sup> Jodelet (in Jodelet, 2001, p. 22) afirma que a representação social serve de “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”, assim como uma constituição também é o ponto nevrálgico entre as relações sociais, políticas e jurídicas com o fim de conduzir os indivíduos e a comunidade em torno de interesses comuns, socialmente relevantes e juridicamente capturados.

<sup>27</sup> “A revolução e a ruptura não-revolucionária situam-se no plano das vicissitudes constitucionais com ruptura na continuidade da ordem jurídica, mediante alterações totais ou parciais” (Horta, 2003, p. 107).

os elementos da representação produz, para Claude Flament (In Jodelet, 2001, p. 184), “esquemas estranhos e, a seguir, vê-se a desintegração da representação”.

Assim como uma análise sócio-histórica no Direito Constitucional pode descortinar os fatores reais de poder que dão substância para os textos constitucionais ou promovem sua ruptura, a finalidade da abordagem estrutural na Teoria das Representações Sociais é revelar o que está subjacente ao comportamento, isto é, as representações sociais que guiam a ação dos sujeitos, dando um caráter heurístico à pesquisa com esse recorte metodológico (Flament In Jodelet, 2001, p. 173).

O ponto de partida consiste em admitir a existência de algo em comum em meio à pluralidade e a individualidade. A abordagem estrutural procura “a ordem imutável sob a desordem aparente, o esqueleto ou ossatura invariável sob a heterogeneidade patente dos fenômenos” (Bardin, 2016, p. 266). O discurso possui um arranjo sistêmico dos itens que o compõe, de modo que revelar esse *código discursivo* é o objetivo do estruturalismo.

A análise do discurso transcende, portanto, a mera quantificação do repertório vocabular, semântico ou temático, possuindo um viés qualitativo<sup>28</sup> e plurimetodológico para observar os princípios de organização que condicionam o emprego do léxico (Bardin, 2016, p. 267).

Claude Flament (In Jodelet, 2001, p. 175) sustenta que “o lugar de coerência de uma representação autônoma é o núcleo central da representação (Abric, 1976, 1984 e 1988)”, adotando a terminologia de Jean-Claude Abric de *núcleo central* para o que Willem Doise, por exemplo, denomina de *princípio organizador*, no entanto com o mesmo propósito estruturalista.

A aproximação dos conceitos de núcleo central e princípio organizador contribui para compreensão do fenômeno das representações sociais em si, razão pela qual cumpre identificar os pontos de similaridade e divergência.

A começar por Doise (In Jodelet, 2001, p. 193), as relações sociais se dão de forma estruturada mediante *princípios* que “organizam as tomadas de posição simbólicas ligadas a inserções específicas nessas relações”. Noutros termos, é condição *sine qua non* para a trama social uma sensação de previsibilidade do comportamento nas relações, justamente porque, embora dinâmicas, atendem a *standarts* coletivos de convivência, manifestados desde o simbolismo presente e compartilhado no gesto de aperto de mãos até a forma eufêmica de comunicar uma divergência em debate acadêmico, mediante a escolha de palavras adequadas para o ambiente e propósito do interlocutor.

Para Willem Doise (In Jodelet, 2001, p. 193), “as representações sociais são os princípios organizadores dessas relações simbólicas entre atores sociais”, tratando-se de “princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas entre indivíduos ou grupos, constituindo ao mesmo tempo um campo de troca simbólica e uma representação desse campo”.

No que diz respeito ao *núcleo central* e a seu desenvolvimento teórico, Jean-Claude Abric reproduz a ideia de Doise, mas como uma parte do fenômeno e não como uma explicação do todo que constitui uma representação social.

A *função de orientar* – uma entre outras três – é o que Abric (In Abric, 2001, p. 16) atribui definição similar àquela proposta por Doise quanto ao *princípio organizador* e à própria representação social. Essa função pressupõe que há uma condução dos comportamentos e das práticas, ou seja, uma espécie de sistema de *pré-decodificação* da realidade que constitui a representação social, conforme a compreensão de *guia para ação*.<sup>29</sup> Para Abric, essa função de orientação das condutas decorre de três fatores: (i) *definição da finalidade da situação de interação*;<sup>30</sup> (ii) *sistema de antecipação e expectativa*;<sup>31</sup> (iii) *prescrição de comportamentos ou práticas obrigadas*.<sup>32</sup> (Abric In Abric, 1994, p. 16).

---

<sup>28</sup> Ao tratar sobre a organização dos elementos do discurso em núcleo central, Abric (In Abric, 2001, p. 21) adverte: “la centralidad de un elemento no puede ser llevada exclusivamente a una dimensión cuantitativa. Al contrario, el núcleo central tiene antes de más una dimensión cualitativa”.

<sup>29</sup> Tradução livre do trecho: “El sistema de predecodificación de la realidad que constituye la representación social es, como hemos dicho antes, una guía para la acción” (Abric In Abric, 2001, p. 16).

<sup>30</sup> “La representación interviene directamente en la definición de la finalidad de la situación, determinando así, a priori, el tipo de relaciones pertinentes para el sujeto pero también eventualmente, en una situación en que una tarea es por efectuar, el tipo de gestión cognitiva que se adoptará” (Abric In Abric, 2001, p. 16).

Somam-se à função de *orientar* outras funções que escapam de uma análise apressada do conceito de *princípio organizador*, a exemplo das funções de *conhecer*,<sup>33</sup> *definir identidades*<sup>34</sup> e *justificar*.<sup>35</sup> A fenomenologia das representações sociais é sistematizada com esse grau de complexidade e campos de observação particulares, afinal, da abordagem estrutural, é possível compreender como grupos se comportam com certa padronização (*orientar*), conhecem dado objeto (*conhecer*), conhecem a si mesmos (*definir identidade*) e justificam os desvios daquilo que era esperado, reforçando estereótipos e distinções sociais (*justificar*).

Em síntese, as quatro funções de Abric traduzem uma macrofunção de *estabilizar as relações sociais*, promovendo uma reaproximação com o conceito de *princípio organizador* no que diz respeito à sua compreensão mais ampla, bem como na linha dos processos de *objetificação* e *ancoragem*. Este consiste “na incorporação do estranho numa rede de categorias mais familiares”, ao passo que aquele “torna concreto o que é abstrato” (Doise In Jodelet, 2001, p. 190).

Identificar no discurso um padrão estabilizador em meio à diversidade dos elementos linguísticos é o objetivo da abordagem estrutural a partir de um conjunto de técnicas que partem “do nível atômico da análise a um nível molecular, e centram os seus procedimentos, mesmo num plano muito elementar, mais nos *laços* que unem os componentes do discurso, do que nos próprios componentes” (Bardin, 2016, p. 268).

A contribuição de Abric está justamente na sistematização estruturada do próprio fenômeno investigado. Em outros termos, a pesquisa parte do pressuposto estrutural de que a linguagem dos sujeitos responde a certos padrões, que são o objeto a ser realçado, e, por ocasião da análise dos dados brutos, aplica-se um método de tratamento e demonstração dos achados também estruturado em camadas de elementos que compõe a representação social, desde aqueles que pertencem ao núcleo central até os situados na periferia da representação. O conjunto de elementos assim dispostos constituem a representação social, corroborando a ideia de que a análise parte dos elementos linguísticos individualmente considerados para um conjunto estruturado em núcleo – *elementos mais estáveis/rígidos* – e periferia – *elementos mais dinâmicos e suscetíveis a ressignificações frequentes*.

Dada representação social repercute da seguinte forma: (i) as funções de *orientar* e *definir identidade* guardam maior correspondência com os elementos do núcleo central,<sup>36</sup> ao passo que (ii) as funções de *conhecer* e *justificar* encontram-se, via de regra, associadas aos elementos do esquema periférico, porquanto servem como *para-choque*<sup>37</sup> para preservar o núcleo central do *não familiar*, isto é, aquilo que de desconhecido passa a ser conhecido ou o comportamento desviante cuja adesão ou repulsa são justificadas.

Nesse sentido, Flament (In Jodelet, 2001, pp. 177-178) argumenta que a periferia assegura “o funcionamento quase instantâneo da representação como grade de decodificação de uma situação”, de modo que “os desacordos da realidade são absorvidos pelos esquemas periféricos, que, assim, asseguram estabilidade (relativa) da representação”.

---

<sup>31</sup> “La representación produce igualmente un sistema de anticipaciones y expectativas. Es así, pues, una acción sobre la realidad: selección y filtro de las informaciones, interpretaciones con objeto de volver esa realidad conforme a la representación. La representación por ejemplo no sigue; no depende de la evolución de una interacción, la precede y determina” (Abric In Abric, 2001, p. 16).

<sup>32</sup> “La representación es prescriptiva de comportamientos o prácticas obligadas. Define lo lícito, tolerable o inaceptable en un contexto social dado” (Abric In Abric, 2001, p. 17).

<sup>33</sup> “El saber práctico de sentido común – como le llama Moscovici –, permite a los actores sociales adquirir conocimientos e integrarlos en un marco asimilable y comprensible para ellos, en coherencia con su funcionamiento cognitivo y con los valores a los que se adhieren” (Abric In Abric, 2001, p. 15).

<sup>34</sup> “Las representaciones tienen también por función situar a los individuos y a los grupos en el campo social. Permiten elaborar una identidad social y personal gratificante; es decir, compatible con los sistemas de normas y valores sociales e históricamente determinados” (Abric In Abric, 2001, p. 16).

<sup>35</sup> “La representación tiene por función perpetuar y justificar la diferenciación social, puede – como los estereotipos – pretender la discriminación o mantener una distancia social entre los grupos respectivos” (Abric In Abric, 2001, p. 17).

<sup>36</sup> “El núcleo es simple, concreto, gráfico y coherente, corresponde igualmente al sistema de valores al cual se refiere el individuo, es decir que lleva la marca de la cultura y de las normas de entorno social” (Abric In Abric, 2001, p. 20).

<sup>37</sup> Metáfora empregada por Claude Flament (In Jodelet, 2001, p. 178) ao explicar a utilidade dos elementos periféricos: “a periferia da representação serve de pára-choque entre uma realidade que a questiona e um núcleo central que não deve mudar facilmente”.

Aqui, fica evidente a semelhança entre a estrutura jurídica-constitucional e a representação social, tal como antes foi proposto como forma de compreensão dos fenômenos. A dualidade entre núcleo/constituição e periferia/leis é o que garante a higidez da ordem jurídica e da representação social, ambas as fenomenologias contemplando o alicerce *rígido* e a superfície mais *flexível*, sujeita a adaptações.

O *núcleo central* possui duas funções, segundo Abric (In Abric, 2001, p. 20): (i) *função geradora* – elementos estruturantes mediante os quais se cria ou transforma a significação dos elementos periféricos, dando-lhes valor e sentido; (ii) *função organizadora* – os elementos do núcleo central promovem um amálgama entre os demais elementos da representação, garantindo unidade e estabilizando-a.

Com efeito, qualquer modificação que desarranje o núcleo central leva a uma transformação completa da representação (Abric In Abric, 2001, p. 21), razão pela qual a abordagem estrutural descreve as duas formas de sucessão de uma representação social, a exemplo do que já foi brevemente exposto quanto à transformação por *ruptura* e, de outro modo, a de resignificação *progressiva*.

Quando há o advento de novas práticas sociais, cuja difusão pode ter origem, por exemplo, nos campos políticos, ideológicos ou científicos, o processo de decodificação de eventual contradição ocorre nos “esquemas periféricos que se modificam, protegendo, por algum tempo, o núcleo central”. No entanto, caso a reiteração dessas práticas se estenda e ganhe intensidade, “o núcleo central pode ser atingido e modificar-se estruturalmente – o que é o critério de uma real transformação da representação” (Flament In Jodelet, 2001, p. 179).

A distinção entre transformação por ruptura ou progressiva está justamente na relação *intensidade-tempo*, a saber:

(i) *ruptura* – “as práticas estão em contradição explícita com a representação. Vê-se, então, surgir o que chamamos de esquemas estranhos. A modificação eventual da representação é brutal, rompendo com o passado” (Flament In Jodelet, 2001, p. 179);

(ii) *progressiva* – “As práticas são admitidas pela representação, mas eram raras, ao passo que agora as circunstâncias as tornam muito frequentes. Vê-se, então, modificar-se o nível de ativação dos esquemas periféricos” (Flament In Jodelet, 2001, p. 179).

A hipótese de ruptura condiz com o contexto atual de pandemia em que *isolamento social, fique em casa, home office, aulas remotas, ciência e novo normal* são expressões que revelam um repertório de novas práticas impostas no contexto de reação à Covid-19, produzindo contradições abruptas, intensas e explícitas nos hábitos e comportamento dos indivíduos. A propósito, *novo normal* muito bem expressa uma ruptura com o passado e o surgimento de novas representações sociais.

Caso seja possível entrevistar um grupo de sujeitos justamente na ocasião de uma ruptura, o discurso tende a reproduzir contradições, procurando, a um só tempo, evidenciar o *normal* como uma espécie de defesa de identidade em face do reconhecimento de *elementos estranhos* e concluir com um exercício argumentativo que procure contemporizar a contradição incômoda. Coincidentemente, Claude Flament (in Jodelet, 2001, p. 182) trata dos novos esquemas que substituem posteriormente os elementos estranhos de esquemas *neonormais*, tal qual o *novo normal* do contexto contemporâneo. Segundo ele, “com o tempo, uma grande parte do passado será apagada e [...] os esquemas neonormais de hoje se tornarão os esquemas de representações cuja origem terá sido esquecida” (Flament In Jodelet, 2001, p. 182).

A transformação progressiva, por sua vez, é aquela que se protraí no tempo, permitindo que o estranho se torne familiar sem o desconforto no discurso, mas, nesse processo gradual, sedimenta traços das novas práticas, resignificando sucessivamente os esquemas periféricos em direção ao núcleo central. Aqui, o fluxo é lento e com uma escala progressiva de intensidade, produzindo a transformação mediante uma série de adaptações nos esquemas periféricos que, em dado momento, descaracterizam a representação comparada ao que era inicialmente.

Para Flament (In Jodelet, 2001, p. 184), “as circunstâncias podem aumentar sensivelmente sua frequência: por serem legítimas, elas são bem aceitas, mas a alteração de frequência pode, a longo prazo, provocar uma mudança estrutural da mentalidade”.

Todo esse movimento leva à conclusão de Abric (In Abric, 2001, p. 21) sobre a importância da abordagem estrutural dos elementos do discurso. Para ele, a identificação do núcleo central permite o estudo comparativo das representações, porquanto a identificação de duas representações distintas reside no confronto dos elementos do núcleo central.<sup>38</sup> A simples observação de elementos do discurso é insuficiente para identificar a representação social, fazendo-se necessário a organização desse conteúdo em esquemas periféricos e centrais, a depender da função empregada no discurso.<sup>39</sup>

## 6. Considerações Finais

O conhecimento e seu desenvolvimento dependem dos sistemas simbólicos culturais, que atribuem validade cultural aos saberes compartilhados. A contrapartida do individual para o social, por outro lado, está na razão de ser de uma estrutura social que ofereça a seus membros certa previsibilidade e o controle das relações intersubjetivas.

Assim, a compreensão conjugada das ideias de representação social, narrativas e *habitus* revelou esse fenômeno na linguagem compartilhada pelos indivíduos em sociedade e em grupos mais específicos, estruturando as relações humanas e garantindo-lhes identidade.

Foi possível observar que os sujeitos se comunicam por meio das representações sobre os objetos que tangencia aquele evento, assim como interagem com ele (estímulo sensorial/informação) também por intermédio das representações sociais pré-constituídas (referenciais/ideias primárias). Cada interação tem a característica de transpor as fronteiras entre o individual, o social e o simbólico, de modo que o resultado é uma resposta adaptável dos sujeitos e da própria representação.

Outra conclusão possível a partir da leitura de Serge Moscovici está na construção do método de investigação das representações sociais, como uma teoria psicossociológica e necessariamente transdisciplinar. Esse pressuposto teórico permitiu o passeio na filosofia clássica, na tentativa de buscar elementos úteis para a compreensão das representações sociais.

A partir do Mito da Caverna e dos exemplos de David Hume, o texto se desenvolveu para demonstrar os conceitos elementares da Teoria das Representações Sociais e seus métodos de análise do discurso, cuja função é descortinar o dinamismo da interseção do social no pensamento do sujeito e como este remodela/filtra as informações exteriores, expressando uma ideia que marca a representação social com traços de cada particularidade individual.

Uma das escolas mencionadas no estudo do método foi a Gestalt. Segundo Koffka, cada representação individual se *estrutura* em um conjunto funcional de representações sociais, permitindo ao pesquisador descobrir sua posição, grau de independência (particularidades individuais) e articulação ou transição para outros conjuntos de representações (dinamismo).

O dinamismo social, portanto, é próprio das particularidades do grupo e do sujeito individualmente considerado, por onde as representações são compartilhadas e remodeladas permanentemente, de modo que *o novo* é compreendido conforme seus referenciais antecedentes, que lhes darão sentido e pertencimento no grupo.

A forma de sistematizar esses achados, conforme indicado no trabalho, é a abordagem estrutural dos elementos do discurso, assim como ocorre no estudo do Direito e das constituições. No trabalho, além de mais essa contribuição transdisciplinar, adotou-se Abric como autor de referência para defender que a identificação do núcleo central dos elementos do

---

<sup>38</sup> Uma aplicação da abordagem estrutural pode ser identificada em Pimentel et al. (2022).

<sup>39</sup> Redação original: “Plantaremos aí que la identificación de ese núcleo central permite el estudio comparativo de las representaciones. Para que dos representaciones sean diferentes, deben estar organizadas alrededor de dos núcleos centrales distintos. La simple identificación del contenido de una representación es pues insuficiente para reconocerla y especificarla. Es la organización de ese contenido que es esencial: dos representaciones definidas por un mismo contenido pueden ser radicalmente diferentes si la organización de ese contenido, y luego la centralidad de ciertos elementos, es distinta” (Abric In Abric, 2001, p. 21).



discurso dos sujeitos permite o estudo comparativo das representações, porquanto a identificação de duas representações distintas reside no confronto dos elementos do núcleo central.

A observação alheia a pressupostos transdisciplinares e sem sistematizar as falas dos sujeitos é insuficiente para identificar a representação social, impondo-se a organização desse conteúdo em esquemas periféricos e centrais, a depender da função empregada no discurso, bem como partir de um arcabouço teórico psicossociológico, filosófico e, se calhar, até mesmo jurídico.

A proposta foi expor a Teoria e o próprio fenômeno das representações sociais sob outras perspectivas e apresentar a importância da abordagem estrutural, que pode ser melhor desenvolvida em outros textos. A intenção, não obstante, é, desde logo, ser útil na produção de novos trabalhos que pretendam aplicar empiricamente as técnicas de análise de conteúdo e abordagem estrutural, fornecendo-lhes uma discussão sobre os pressupostos da Teoria das Representações Sociais como ponto de partida e elemento de coesão entre hipóteses, método e resultados alcançados.

## Referências

- Abric, J. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. *Estudos interdisciplinares de representação social*. AB.
- Abric, J. (2001). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. Abric, J. *Prácticas sociales y representaciones*. Ediciones Coyoacán.
- Abric, J. (2001). O estudo experimental das representações sociais. Jodelet, D. *As representações sociais*. Eduerj.
- Arruda, A. (2002). As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas*. Edufsc, Especial Temática, p. 9-23.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bourdieu, P. (2007). *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2003). Esboço de uma teoria da prática. Ortiz, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Ática.
- Bourdieu, P. (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Biblioteca 70.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. 2 ed. Bertran Brasil.
- Bruner, J. (1990). *Acts of meaning*. Harvard University Press.
- Bruner, J. (1991). The narrative construction of reality. *Critical inquiry*, v. 18, n.º 1, p. 1-21, 1991.
- Canotilho, J. (2003). *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7 ed. Almedina.
- Doise, W. (2001). Atitudes e representações sociais. Jodelet, D. *As representações sociais*. EDUERJ.
- Flament, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. Jodelet, D. *As representações sociais*. Eduerj.
- Gil, A. (2008). *Metodologia do ensino superior*. Atlas.
- Harré, R. (2001). Gramática e léxicos, vetores das representações sociais. Jodelet, D. *As representações sociais*. EDUERJ.
- Hesse, K. (1991). *A força normativa da Constituição*. Sérgio Antônio Fabris.
- Horta, R. (2003). *Direito Constitucional*. 4 ed. Del Rey.
- Hume, D. (2004). *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Editora Unesp.
- Jesuino, J. (2014). Um conceito reencontrado. Almeida, A. *Teoria das representações sociais: 50 anos*. 2 ed. Technopolitik.
- Jodelet, D. (2016). A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, n. 162, p. 1258-1271.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. Jodelet, D. *As representações sociais*. EDUERJ.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. Jodelet, D. *As representações sociais*. EDUERJ.
- Koffka, K. *Principles of gestalt psychology*. Lund Humphries, 1935.
- Lacasa, Pilar (1993). La construcción social del conocimiento: desarrollo y conflicto sócio-cognitivo. Uma entrevista a Willen Doise. *Infancia e aprendizagem*, 61, p. 5-28.
- Lassale, Ferdinand (2000). *A essência da Constituição*. 5 ed. Lumen Juris.

- Lefrançois, G (2019). *Teorias de aprendizagem: o que o professor disse*. Cengage Learning.
- Lüdke, M.; André, M. (2017). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Madeira, M. (2005). Representações sociais e processo discursivo. Moreira, A. *Perspectivas teórico-metodológicas em representações*. Editora Universitária.
- Marias-Pereira, J. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Atlas.
- Melo, E (2009). *Representação social do ensinar: a dimensão pedagógica do habitus professoral*. Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Mendes, G.; Branco, P. (2015). *Curso de Direito Constitucional*. 10 ed. Saraiva.
- Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. Jodelet, D. *As representações sociais*. EDUERJ.
- Moscovici, S. (2002). *La Representación Social: Un Concepto Perdido*. IEP - Instituto de Estudios Peruanos.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5 ed. Vozes.
- Orwell, G. (2009). *1984*. Companhia das Letras.
- Peterson, J (2018). *Mapas do significado: a arquitetura da crença. É realizações*.
- Pimentel, P. et al. (2022). Representações sociais de usuários acima de 50 anos acerca da internet e redes sociais online. *Research, Society and Development*. v. 11, n. 4.
- Platão (2004). *A República*. Abril.
- Sá, C (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EDUERJ.
- Valadés, D. (2019). El orden constitucional: reformas y rupturas. Núñez, J. *La democracia em su contexto*. UNAM.
- Vieira, A (2016). *Representação social de estagiários(as) do curso de pedagogia acerca da docência*. Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Vygotski, L. (1991). *A formação social da mente*. Martins Fontes.